

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ:

*Arquivos e historicidade: pesquisas em Literatura e História*

Organizadores:

Raquel Campos (Universidade Federal de Goiás)  
raquelmgcampos@ufg.br

Valéria Cristina Bezerra (Universidade Federal de Goiás)  
valeria\_bezerra@ufg.br

A literatura do passado tem precisado de justificativas para integrar os programas das disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação. Estudantes, frente a valores e desafios contemporâneos, buscam se reconhecer na literatura, privilegiando assim criações coetâneas ou selecionando obras do passado que de alguma forma respondem às suas aspirações.

Pertencer ao cânone determinava a seleção de obras a serem lidas no ensino básico e superior. Contudo, o cânone, tal como foi constituído, passa também por questionamentos e é objeto de uma reconfiguração, segundo critérios em consonância com demandas sociais e políticas atuais, não sem tensão, provocada pelo confronto de forças e convicções. Nessas circunstâncias, a genialidade de escritores do passado e de suas obras é avaliada por sua suposta capacidade de se projetarem para além de seu tempo, por meio de preocupações que seriam, na verdade, as nossas, sendo, assim, aptos a pertencerem à posteridade.

A fim de superar visões anacrônicas, a literatura do passado, a par de seu texto, precisa ser considerada em sua temporalidade. A relação entre Literatura e História revela-se crucial para a compreensão das condições de produção das obras e o entendimento de seus sentidos frente às questões de sua época. Os arquivos permitem historicizar as obras, problematizando-se as próprias categorias que as estruturam, a fim de se poder pensá-las sob novos ângulos: como o editor interferiu na carreira de escritores? Que usos sociais foram suscitados pelas obras literárias, alimentando um comércio de produtos e um imaginário a seu respeito? Como as obras foram recebidas pela crítica? Que debates pautavam a discussão literária nos periódicos e em outros tipos de publicação ou mídia? Como as traduções e a repercussão no exterior possibilitaram o reconhecimento de obras e

autores? Como o diálogo entre as áreas de História e Literatura incide nas propostas metodológicas de estudos nessas áreas?

Este dossiê teve sua origem no âmbito do *I Colóquio Literatura e História: historicidade e arquivos*, que ocorreu na Universidade Federal de Goiás entre 11 e 14 de junho de 2024. Durante quatro dias, pesquisadores de diferentes instituições debateram essas e outras questões suscitadas por seus trabalhos, desenvolvidos a partir de pesquisas em arquivos.

“Literatura e História, diálogos e (des)encontros”, artigo oriundo da conferência então proferida por Sébastien Rozeaux, abre este dossiê. Rozeaux é professor da Universidade de Toulouse Jean Jaurès e esteve na Universidade Federal de Goiás em junho de 2024 como professor visitante, no âmbito do Programa Professor visitante estrangeiro, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás.

Em seu artigo, Rozeaux evoca um debate a respeito de um texto de Márcia Abreu. Dois aspectos presentes nesse texto foram, naquela ocasião, objeto de discussão: a afirmação de preponderância, no Brasil, de uma história literária tradicional, que ignora as condições de produção, a materialidade e a recepção das obras; e a proposição de uma abordagem de estudos literários que prescinda da análise do texto e que contemple, em vez disso, sua presença social. Michel Riaudel instigou o debate, contestando a visão apresentada por Márcia Abreu a respeito da história literária, que, a seu ver, já tinha passado por grande renovação. O referido episódio ocorreu na França, onde a literatura foi e é intensamente estudada na perspectiva de suas condições de produção, circulação e recepção, a partir da análise de documentos de época. Márcia Abreu apresenta seu ponto de vista a partir do Brasil, onde esse tipo de investigação, apesar de esforços coletivos para seu avanço no país, ainda é visto com reserva por parcela dos pesquisadores, que dão primazia ao texto literário<sup>1</sup>.

O relato de tal episódio por Rozeaux serve de mote para o autor revisitar aspectos do diálogo estabelecido nos últimos anos entre historiadores e estudiosos de literatura, ressaltando suas convergências e divergências, o que resulta em conceitos e instrumentos investigativos profícuos para as duas áreas.

---

<sup>1</sup> MELLO, Celina Maria Moreira de; CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira. *Metodologia e transdisciplinaridade nos estudos literários* (orgs.). Rio de Janeiro: Sete Letras, 2022.

Na sequência, Lúcia Granja põe em prática aspectos resultantes desse diálogo, no artigo “A pesquisa literária em fontes primárias: a prosa de ficção brasileira, 1860-1875”, em que elucida como a atuação literária de proeminentes escritores do século XIX esteve coadunada com práticas editoriais de natureza internacional. Para tanto, Granja se mune de documentos, como periódicos e catálogos, que evidenciam como a materialidade das obras e a história da edição permitem repensar a literatura brasileira para além do nacionalismo, rejeitando assim a ideia de sua suposta defasagem em relação a literaturas centrais, ao propor uma abordagem de ordem transnacional.

Pedro Paulo Catharina se serve igualmente de uma perspectiva transnacional ao observar um elemento que transcende o texto literário: os produtos derivados da literatura. Em “A literatura oitocentista, seus objetos, produtos e nomes derivados”, partindo da análise dos sentidos de objetos presentes em narrativas literárias francesas, Catharina busca também compreender como obras francesas suscitarão, por sua vez, usos sociais no Brasil oitocentista, desencadeando a criação de produtos que adquiriram vida própria para além da obra. Os produtos derivados eram, por vezes, reconhecidos em sua relação com a literatura, outras vezes perpetuaram a referência, sem que seus utilizadores estivessem aptos a reconhecer sua procedência, como é o caso do rocambole, guloseima que carrega uma origem literária e é apreciada hoje por pessoas que nunca ouviram falar da obra, outrora popular, ou do personagem que lhe deu o nome. Esse e outros casos de produtos e nomes derivados da literatura francesa no Brasil são analisados por Catharina, que revela como a literatura suscita diferentes usos, excedendo desse modo seu próprio campo.

Redimensionando assim nosso conhecimento sobre a literatura, os arquivos podem ser tomados também como categoria para se pensar a escrita literária de certos autores. É o que faz Ana Lorym Soares em “Do verossímil ao verdadeiro. A escrita literária como gesto de arquivamento em *Os anos* (2008), de Annie Ernaux”. Debruçando-se sobre textos críticos, apresentações publicitárias por editoras, fichas catalográficas, a historiadora começa por evidenciar a diversidade de classificações atribuídas à obra de Ernaux, resultantes de um esforço para apagar ou conjurar seu hibridismo de gênero. Ocorre que, sustenta Soares, tal hibridismo é não só o traço distintivo da prosa da escritora francesa, como elemento estruturador de seu projeto literário. Ele é o que lhe permite explorar as possibilidades de representação de pessoas e objetos ordinários na História, com H maiúsculo. E é por meio da

conexão assim criada entre literatura, memória e história que *Os Anos* pode assumir, segundo a autora, “uma dimensão de arquivo”, promovendo “uma visão de história que, a partir da relação com a literatura, permite expandir as possibilidades discursivas e representativas de uma e de outra”.

É igualmente a partir da figura do arquivo que Lainister Esteves examina *O outono do patriarca* (1975), de Gabriel García Marquez, e acaba por nos revelar uma obra nas antípodas de *Os anos*. O segundo romance do autor colombiano é discutido tendo em vista as relações entre a ficção dos arquivos históricos – pensada a partir do clássico de Roberto González Echeverría, *Mito y archivo* (2000) –, a representação poética da realidade e as diretrizes estéticas do modernismo literário latino-americano. Nesses termos, o fazer literário de García Marquez no romance de 1975 opera, sustenta Esteves, a ruína do arquivo, isto é, “a crítica do romance como investigação factual da realidade”, num alinhamento com as perspectivas modernistas de problematização do realismo oitocentista.

Em outra direção, igualmente instigante, este dossiê revela também como o desejo de forçar os limites do saber levou aos arquivos diferentes tipos de autores. Foi o caso do escritor José Saramago, que, para escrever *Memorial do Convento* (1981), saiu “Em busca dos pedreiros de Mafra” – como mostra Daniel Vecchio Alves – em documentos diversos, em particular uma carta do abade de Tibães, da Ordem de São Bento, existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa. Tal visita se deu porque, com seu romance sobre o célebre Convento de Mafra, inaugurado em 1731, Saramago buscava reescrever a história da construção desse grandioso monumento, deslocando o rei da posição de sujeito, para colocar o povo em seu lugar. Explorando aqueles documentos e suas informações sobre as condições de recrutamento e trabalho dos milhares de pedreiros envolvidos na obra, Saramago criou personagens e os nomeou a fim de fazer com seu romance “o que os anais da história nunca fizeram”. Se o saber histórico ignorou, silenciou ou apagou os trabalhadores, a literatura pode “torná-los imortais” e, afirma Saramago na bela passagem resgatada por Alves, “é essa nossa obrigação, só para isso escrevemos”.

Em uma busca semelhante, partiu também aos arquivos um outro tipo de visitante. No início dos anos 1970, animado pelo desejo de questionar a hierarquia entre pensamento e trabalho, ciência e ideologia – marca do marxismo althusseriano –, o filósofo Jacques Rancière voltou-se para os arquivos operários. Em “Jacques Rancière nos arquivos operários:

um encontro entre a história e o filósofo na crítica do tempo presente”, Thaís Araújo discute os efeitos dessa ida aos arquivos na obra de Rancière. Acompanhando os diversos momentos desse trabalho de Rancière com a palavra dos operários, descoberta nos jornais e papéis do proletariado datados da primeira metade do século XIX, Araújo mostra como o filósofo acabou se dedicando à escrita da história desse sujeito novo, o povo, e de seu desafio às categorias habituais a partir das quais era pensado.

As relações complexas da escrita literária com as vidas insignificantes do povo (para retomar a provocadora expressão de Ernaux) são o objeto também dos dois artigos subsequentes deste dossiê. Em “Cultura popular e regionalismo no romance *O Matuto* (1878), de Franklin Távora”, Manoel Carlos Fonseca de Alencar analisa as noções de povo, popular e região nessa obra do escritor brasileiro. Segundo Alencar, Távora integrou um movimento que defendeu a substituição dos indígenas pelo mestiço como símbolo maior da nacionalidade. Contudo, ainda segundo o historiador, o autor de *O Matuto* construiu uma representação ambígua do povo, pois o tachou de violento, ignorante e bandido, ao mesmo tempo em que idealizou o popular “como substrato cultural da nação imaginária”.

Em “Patrícia Galvão (Pagu): história e literatura em *Parque industrial* (1933)”, deixamos o matuto do Norte e voltamos a nos encontrar com os operários, desta vez com as mulheres trabalhadoras da indústria têxtil da São Paulo do início do século XX. Elas nos chegam por meio da literatura de Patrícia Galvão, lida sob uma perspectiva marxista por João Alberto da Costa Pinto. Traçando inicialmente a biografia dessa escritora e destacada militante do Partido Comunista Brasileiro, Pinto analisa em seguida seu romance *Parque industrial*, tomado como um “testemunho das condições de vida e de trabalho feminino” na mais importante área industrial do país naquele momento. O historiador sustenta que, por isso, a obra de Pagu coloca-se “como um documento seminal para a compreensão das lutas sociais do proletariado brasileiro”.

Da literatura tomada como contraponto à história, passamos assim à literatura como documento e até mesmo como virtualmente único documento. É isto o que discute Thiago Pires em “*Aedes Ianus Geminus*: debates sobre historicidade, literatura e construção de memórias em torno de um monumento na Roma Antiga”. Um dos templos mais antigos do Fórum romano, a *Aedes Ianus Geminus* só pode ser conhecida, hoje, por meio de descrições literárias e de algumas poucas fontes numismáticas, dada a total ausência de

materiais sobreviventes dessa construção. Pires volta-se, assim, para os textos de letrados e poetas como Varrão, Sérvio, Procópio, Virgílio e, sobretudo, Ovídio, em seu esforço para reconstruir os detalhes dessa pequena edificação e as modificações por ela sofridas ao longo do tempo. Atento assim à historicidade desse monumento, Pires destaca também como “os literários latinos utilizaram as memórias topográficas, as características do terreno e a própria estrutura edicular para compor narrativas sobre esse templo e denotar sua importância no cenário religioso tradicional romano”.

As diversas operações de assimilação da literatura a um documento são, como se sabe, objeto de uma antiga e persistente polêmica opondo historiadores e críticos literários. Neste dossiê, a questão volta à baila por meio das análises desenvolvidas por um historiador a respeito das leituras sócio-históricas da obra de nosso maior escritor. Em “Machado de Assis e a virada sócio-histórica: entre a interpretação crítica e os limites da instrumentalização da ficção”, Carlos Eduardo Millén Grosso dedica-se a discutir a abordagem pelo historiador Sidney Chalhoub, com sua ênfase na dimensão histórica da literatura, da obra do autor de *Helena*. Além de destrinchar os laços da leitura de Chalhoub para com a construção de Machado de Assis como um escritor realista, Grosso busca “discutir os limites dessa leitura, refletindo sobre o risco de reduzir a riqueza estilística e a autonomia literária da obra machadiana”.

Ao lado de questões sempre significativas como essa, voltar-se para as relações entre literatura e história a partir dos arquivos possibilita ainda vislumbrar o rompimento de fronteiras geográficas pela literatura. Objeto de atenção especial desde os últimos quinze anos, o estudo da circulação internacional e da tradução no exterior de autores brasileiros beneficia-se decisivamente da pesquisa arquivística em fontes hemerográficas, como evidenciam os três artigos que fecham nosso dossiê.

Em “Machado de Assis em francês: latinidade e questões raciais na primeira recepção da obra machadiana na França”, Raquel Campos procura examinar o contexto inicial de circulação da obra do grande escritor brasileiro naquele país, no início dos anos 1910. A historiadora argumenta que a publicação de *Quelques contes* (1910) e a de *Mémoires posthumes de Braz Cubas* (1911) relacionam-se intimamente a dois acontecimentos que lhes antecederam: a “Festa da intelectualidade brasileira”, ocorrida em abril de 1909 na Universidade da Sorbonne, e a publicação de *Machado de Assis et son*

*oeuvre littéraire*, em setembro daquele mesmo ano. Por meio da análise dessas obras e de uma inédita recuperação da repercussão da “Festa” na imprensa brasileira e na francesa, Raquel Campos discute como a inscrição de Machado de Assis no universo da latinidade foi um dos elementos decisivos para a tradução de seus livros na França. Ao fazê-lo, ela chama a atenção ainda para o fato de que a latinidade de um escritor sul-americano – e mestiço – como Machado de Assis não deixava de levantar questões raciais.

Priscila Renata Gimenez também estuda a recepção no exterior da literatura brasileira, dessa vez por meio de uma escritora, Narcisa Amália, autora brasileira atuante entre as últimas décadas do século XIX e decênios iniciais do XX. Amália não ocupa hoje um lugar de prestígio na literatura brasileira, mas, em seu tempo, como demonstra Gimenez em “Narcisa Amália: a recepção crítica de uma poeta-jornalista na imprensa periódica internacional”, ela foi bastante apreciada pela comunidade letrada e teve seu nome e sua obra comentados na imprensa estrangeira. Em seu artigo, Gimenez apresenta, inicialmente, o modo como Amália é situada hoje na história literária e discute o papel de pesquisas documentais na reconfiguração do *status* de escritoras ocultadas pelo cânone. Gimenez realiza um levantamento da recepção crítica de Narcisa Amália na imprensa estrangeira, identificado assim nos discursos um prestígio que a iguala a grandes nomes da literatura nacional e a torna digna de ser conhecida e lida no exterior.

A literatura brasileira se beneficiava, como um todo, desse tipo de reconhecimento internacional, como aponta Valéria Cristina Bezerra. Em seu artigo “Notícia da literatura brasileira traduzida: as menções aos romances nacionais traduzidos na imprensa brasileira (1870-1910)”, a autora analisa textos publicados entre 1870 e 1910 nos jornais do país que mencionam romances brasileiros traduzidos no exterior, verificando, nos discursos dos autores desses textos, o valor atribuído a essas traduções e aos escritores. O levantamento realizado por Bezerra traz à tona títulos de romances brasileiros traduzidos desconhecidos pela história literária e favorece a compreensão do perfil de obras brasileiras suscetíveis de despertar o interesse de intermediários, como tradutores e editores, e do público estrangeiro. Além disso, a forma como as obras traduzidas eram evocadas pelos jornalistas e colaboradores da imprensa brasileira permitiu que Bezerra depreendesse os significados dessas traduções para a valorização e consolidação, no próprio país, da literatura nacional brasileira.

Como se vê, interrogar as relações entre literatura e história a partir dos arquivos possibilita descortinar um universo de questões e enriquecer nossa compreensão do fazer literário. Nesse movimento, pode-se descobrir que questões sensíveis do nosso tempo – como hierarquias sociais, raciais e de gênero – atravessaram também outras épocas e produziram diferentes sentidos. Para entendê-las em sua própria singularidade e, assim, poder alcançar um entendimento mais complexo dos desafios que tais hierarquias nos impõem hoje, é necessário que nos afastemos delas e possamos colocar às literaturas do passado questionamentos outros. É esta a aposta deste dossiê.

Boa leitura a todas e todos!